

# GUIA



## DOCUMENTOS REFERENCIAIS PARA A CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFSSIONAL



O GUIA É O PRODUTO VINCULADO À PESQUISA REALIZADA SOBRE O PERFIL PROFISSIONAL DOS DISCENTES INGRESSANTES DO MESTRADO PROFSSIONAL PROFEPT NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PRODUTO EDUCACIONAL**

**AUTORA:  
SUELLEN DA SILVA VIEIRA SANTI**

**COAUTOR:  
RODRIGO TREVISANO DE BARROS**



Rio de Janeiro, 2025



# **GUIA PARA OS DOCUMENTOS REFERENCIAIS PARA CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL**





Suellen da Silva Viera  
Rodrigo Trevisano

# GUIA PARA OS DOCUMENTOS REFERENCIAIS PARA A CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL

**1ª Edição**



Rio de Janeiro, 2025





**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO**  
**E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

S235 Santi, Suellen da Silva Vieira

Guia para os documentos referenciais para criação do mestrado profissional / Suellen da Silva Vieira Santi, Rodrigo Trevisano de Barros. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2025.

90 p.

Bibliografia: p. 81-89.

ISBN: 978-65-5930-285-7

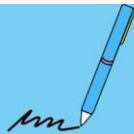
1. Educação tecnológica. 2. Educação profissional. 3. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. 4. Trabalhadores-estudantes. 5. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia - Ingresso. I. Barros, Rodrigo Trevisano de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



## DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO



Nível de Ensino a que se destina o produto: Mestrado Profissional.

Área de Conhecimento: Ensino.

Público-Alvo: Alunos de Mestrados Profissionais.

Categoria deste produto: Guia sobre documentos referenciais para a criação do Mestrado Profissional.

Finalidades: Auxiliar alunos de Mestrados Profissionais na compreensão dos documentos que foram importantes na criação do Mestrado Profissional.

Organização do Produto: O guia estrutura-se a partir da apresentação do conceito de Mestrado Profissional, em seguida aborda como se constituiu a sua formação e por fim apresentamos os documentos referenciais e disponibilizamos o link e QR Code.

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito a autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Origem: Produto atrelado ao Programa de Mestrado ProfEPT

Divulgação: Por meio digital.

Idioma: Português.

Cidade: Rio de Janeiro/ País: Brasil

Ano: 2025



## RESUMO

O produto da pesquisa é um Guia sobre os documentos que foram determinantes na criação do Mestrado Profissional. A tipologia da pesquisa se enquadra no modelo descritivo sobre o perfil desses participantes; para a avaliação do produto foi aplicado um questionário via Google Forms com os sujeitos da pesquisa. O produto está atrelado a dissertação intitulada: Perfil dos Discentes Ingressantes do Mestrado Profissional ProfEPT no Estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Mestrado Profissional; perfil profissional; ProfEPT; trabalhador discente





# SUMÁRIO

1 Apresentação do guia .....	08
1.1 O que é um mestrado profissional? .....	10
2 Da criação do Mestrado Profissional .....	11
3 Acesso aos documentos referenciais .....	30
4 Conclusão .....	79
Referência Bibliográfica .....	81
Documentos Referenciais .....	86
Anexo .....	90



## **1 APRESENTAÇÃO DO GUIA**

O guia é o produto da pesquisa realizada no programa de Mestrado Profissional ProfEPT, cuja dissertação é intitulada: O Perfil dos Discentes Ingressantes do Mestrado Profissional ProfEPT no estado do Rio de Janeiro.

A ideia do guia surgiu a partir do estudo sobre como se deu a criação do mestrado profissional, ao analisar os documentos que são referencias nesse percurso, verifiquei que não existe um local de acesso que facilitasse a obtenção deles, estão todos dispersos. Um dos membros da banca na etapa de qualificação sugeriu a possibilidade de reunir esses documentos que pudessem ser disponibilizados de maneira mais fácil e acessível, para aqueles que se interessassem em tratar o assunto. A proposta do guia é que seja um meio de facilitar o acesso a esses documentos referenciais para a criação do mestrado profissional para outros pesquisadores sobre o assunto.

Assim, surgiu a ideia de criar um guia que englobasse esses documentos e uma breve contextualização em relação ao papel que desempenharam na criação do Mestrado Profissional, como uma nova configuração de pós-graduação. Será apresentado o que é um mestrado profissional e resumidamente como se deu esse processo da criação dos mestrados profissionais e enfim a exposição dos documentos referenciais e informações importantes sobre eles, sendo possibilitado o acesso aos documentos por via link e Qr Code. E por fim as considerações finais do nosso guia.



## O que é um mestrado profissional?

X

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação stricto sensu voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. (Regulamentado pela Portaria MEC N° 389, de 23 de março de 2017 e pela Portaria CAPES 131, de 28 de de 2017)



## Da criação do mestrado profissional

A formação continuada *stricto sensu* voltada para o campo profissional tem respaldo legal com a regulamentação inicial de Pós-Graduação na década de 1960 por meio do Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, que deixa claro que o mestrado poderia ser de pesquisa acadêmica ou profissional. No entanto, o acadêmico tornou-se predominante, tanto no início como no desenvolvimento da Pós-Graduação. Acreditava-se que ele conseguiria formar indivíduos para atuar, também, nas áreas profissionais.

Diante da rápida evolução do conhecimento somada às exigências das organizações governamentais e não-governamentais, inclusive por organizações internacionais de financiamento pela incessante busca pela elevação da qualidade<sup>1</sup> e produtividade dos serviços, é exigida dos graduados uma formação mais avançada, fazendo com que busquem uma especialização na área profissional não

---

<sup>1</sup> A palavra qualidade é significante vazio, sendo assim, pode ser apropriado por discursos hegemônicos para propor reformas e emplacar ideias, podendo assumir diferentes significados.

necessariamente voltada para a vida acadêmica, como afirma Neves (1995):

Mais tarde, em 1995, no documento “Capes: Metas da Atual Gestão”, assinado pelo recém-nomeado presidente da Capes Abílio Baeta Neves, encontram-se claras referências à necessidade de revisão do modelo de pós-graduação prevalente que adotou como principal estratégia de desenvolvimento a formação de quadros acadêmicos. O mesmo documento reconhece que essa decisão foi adequada para a conjuntura então vivida pelo país. No entanto, “as profundas transformações econômico-sociais experimentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas, processo este que tem implicado sensível expansão e diferenciação do sistema produtivo e da estrutura de empregos, têm também acarretado o surgimento de novas demandas de formação de profissionais de alto nível que não irão, necessariamente, atuar na vida acadêmica” (Neves, 1995, p. 15).

Na década de 1990 houve um movimento que deu origem aos mestrados profissionais, quando o ensino superior brasileiro passou por diversas mudanças e reformulações legais, sob a influência das agências internacionais de financiamento (Ostermann; Rezende, 2009). Nesse período, a preocupação de se ter cursos de pós-graduação com enfoque mais profissionalizante, voltados à formação de profissionais de alto nível, não necessariamente para atuar na

vida acadêmica, surgiu, de forma decisiva, em fins da década de 1980, sendo intensamente discutida durante a década seguinte pelos diversos órgãos da Fundação (Agopyan; Lobo, 2007).

Em concordância com Agoyan e Lobo, em 1995, no documento “Capes: Metas da Atual Gestão”, Barros, Valentin e Melo afirmam que uma nova demanda por profissionais de alto nível, que não iriam, necessariamente, atuar na vida acadêmica, é reconhecida. Assim, apontou-se a necessidade de discutir o modelo de pós-graduação stricto sensu, até então voltado para o desenvolvimento através da formação de quadros acadêmicos. Nesse mesmo ano, a Capes constrói a Comissão que elaborou o documento “Mestrado no Brasil – A Situação e uma Nova Perspectiva”. Esse documento deu origem a uma proposta da Diretoria Colegiada ao Conselho Superior da Agência, que recebeu o título de “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado” e, aprovada pelo Conselho, resultou na Resolução nº 1/95, publicada por meio da Portaria nº 47/95.1 Os referidos documentos enfatizam a importância de implementar programas dirigidos à formação profissional, propondo a

implantação, pela Capes, de procedimentos adequados à avaliação e ao acompanhamento dessa nova modalidade de mestrados no contexto da pós-graduação, preservando os níveis de qualidade alcançados pelo sistema (Barros, Valentin; Melo, 2005).

A Portaria nº 47 da Capes de 17 de outubro de 1995 foi revogada pela Portaria nº 80/98 de 16 dezembro de 1998, que formaliza o mestrado profissionalizante, reorganiza e traz orientações mais bem especificadas no que se refere aos requisitos e condições de enquadramento das propostas de mestrado profissional, efetivando melhorias à portaria precedente. Nesse momento, o mestrado profissional passa a ter as mesmas prerrogativas que o acadêmico (Agopyan; Lobo, 2007).

No ano de 1999, uma série de debates é realizada, tratando dos mestrados profissionalizantes, como eram denominados, com várias reuniões do Conselho Superior e do Conselho Técnico e Científico da Capes (CTC). Em 15 de setembro de 1999, foi aprovado o documento intitulado: “Pressupostos para avaliação de projetos de mestrado profissionalizante”. Nesse texto ficam estabelecidos os parâmetros gerais válidos para as grandes áreas em geral,

estipuladas pelo CTC para avaliação pela Capes. Aos representantes de cada área caberia complementá-los com critérios específicos que melhor atendessem suas respectivas áreas.

No dia 19 de novembro de 1999, o então presidente da Capes, prof. Abílio Baeta Neves, dá um pronunciamento lembrando que desde o Parecer nº 977/65, os mestrados não acadêmicos já eram sinalizados como possíveis, inclusive seriam estimulados por normativas. A década de 1990 acabara e o assunto ainda não havia tido um desfecho. Assim, foi pedido aos 26 representantes de cada área que construíssem uma proposta para diferenciar, julgar e avaliar os mestrados profissionalizantes.

Outra tentativa da Capes em dar um pontapé ao processo de flexibilização do sistema de pós-graduação ocorre com o texto intitulado 'Novas visões sobre o mestrado'. A primeira das medidas foi estipular o prazo máximo de 24 meses para duração, com apoio de bolsas de estudos. Uma outra medida voltada para as avaliações dos cursos buscava produtividade e bons rendimentos, para qualificar bons mestres em um tempo menor. E, por fim, a terceira medida, a publicação da Portaria nº47/95, diante das

chances reduzidas de aceitação da nova proposta em relação ao modelo de avaliação do mestrado vigente. A busca por uma flexibilização do sistema de pós-graduação que o mestrado profissionalizante propunha deveria vir acompanhada da preocupação com a qualidade e respeito alcançado até então pelo modelo pré-existente.

Em 12 de novembro de 2001, o Conselho Superior homologa as ideias básicas explicitadas no documento técnico “Capes – a necessidade de desenvolvimento da pós-graduação profissional e o ajustamento do Sistema de Avaliação às características desse segmento”. O documento registra o ponto de vista de algumas áreas sobre o mestrado profissional, indicando o que é procedente e também contraditório em relação aos posicionamentos assumidos (Barros; Valentim; Melo, 2005).

Na reunião de 15 de março de 2002, foi criada uma comissão para estabelecer o perfil e os instrumentos de avaliação da pós-graduação profissional. Nessa ocasião, foi informado que a Capes não receberia propostas de mestrados profissionais até que os novos critérios de avaliação fossem definidos e divulgados para a comunidade. A comissão

elaborou, em agosto de 2002, o texto “Parâmetros para avaliação do mestrado profissional”.

No CTC de 29 de julho de 2003, que era presidido pelo prof. Carlos Roberto Jamil Cury, como presidente da Capes, o prof. Cláudio Oller do Nascimento foi convidado a expor a situação dos debates e os trabalhos realizados pela Comissão de Mestrado Profissional. Nessa reunião, houve evidência de que seria necessário discutir mais amplamente questões relativas à natureza, legalidade e nomenclatura do mestrado profissional. Surge então a proposta por parte da diretoria da realização de um seminário nacional para fornecer ao CTC e à diretoria da Capes mais elementos a fim de se chegar a um consenso sobre o assunto. Nesse período, foi reiterada a suspensão das demandas para o mestrado profissional até a redefinição do programa.

O “Seminário sobre o Mestrado Profissional” foi realizado no dia 5 de novembro de 2003, com a participação dos membros do Conselho Técnico Científico (CTC) e dos demais representantes de área da Capes, membros do Conselho Superior, representante do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e alguns coordenadores de cursos de mestrado profissional convidados. A agenda do documento previa a

discussão dos seguintes pontos: pertinência, natureza, funcionamento, acreditação, avaliação, nomenclatura e financiamento. No entanto, tal iniciativa não teve desdobramento de relevo em termos de contribuições concretas para o CTC, somente servindo como registro das apresentações dos palestrantes convidados e dos debates que se seguiram.

O processo da Avaliação Trienal-2001/2003, realizado nos meses de julho e agosto de 2004, já na gestão de Jorge Guimarães como presidente da Capes e Renato Janine Ribeiro como Diretor de Avaliação, continuou a revelar que permaneciam presentes muitos dos problemas já mencionados sobre a modalidade do mestrado profissional, que dificultavam uma avaliação mais adequada, ou levando até mesmo à recusa de avaliá-los. Alguns cursos do MP eram muito similares ao acadêmico, inclusive eram vinculados a mestrados acadêmicos, e desta forma se beneficiavam das notas de avaliação desses programas, que poderiam chegar a 6 ou 7, sendo que a maior nota atribuída ao mestrado profissional era 5, o que levou o CTC a buscar promover a desvinculação do mestrado profissional do acadêmico, ao definir a nota máxima para os mestrados profissionais como

5. Essa decisão buscava desvincular os mestrados profissionais dos mestrados acadêmicos, sem impedir a convivência de parcerias benéficas a ambos. Outro aspecto que se destacou foi a inadequação das informações recolhidas pelo Coleta, exclusivamente voltadas para os cursos de natureza acadêmica, o que demonstrou a importância de se efetivarem mudanças no instrumento de coleta, para colher informações propriamente dos cursos de natureza profissional.

Houve nesse período grande empenho do MEC em atender às políticas governamentais que estimulariam o conhecimento científico com mais rapidez pela sociedade. Os órgãos governamentais procuraram identificar em suas missões institucionais e estruturas de funcionamento meios que possibilitassem o desenvolvimento sustentável do país, por meio de ações concretas que, sem descartar a qualidades, trouxessem bons resultados de imediatos à sociedade, de acordo com as necessidades levantadas, tanto no campo social quanto no econômico ou cultural.

O Plano Plurianual (PPA) requerido pela constituição de 1988 assumiu o compromisso com algumas metas elaboradas a partir do documento que define a Política Econômica e as

Reformas Estruturais planejadas pelo governo federal, que defende o rigor fiscal e a inclusão social como metas estratégicas de ação para o crescimento econômico ordenado e com justiça social, para assegurar clareza quanto ao planejamento e orientar a execução das ações de governo.

Caberia então ao Ministério da Educação construir políticas que priorizassem a área de educação, pela expansão ordenada e qualitativa do ensino fundamental, médio e superior, tendo esse último o destacado papel de incrementar o processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira, através dos canais e instrumentos disponíveis ou de novas estratégias que se mostrassem apropriados. À Capes caberia o papel de apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados e fortalecer o potencial científico-tecnológico nacional, definir sua política de atuação em consonância com sua missão e com a proposta governamental, o que já se encontra espelhado nas proposições do [Plano Nacional de Pós-Graduação \(PNPG/2005-2010\)](#).

O PNPG é o instrumento que imprime uma direção macropolítica para a condução do sistema de pós-graduação, fornecendo diagnósticos e fixando metas e ações que

favoreçam o desenvolvimento da pós-graduação e do sistema de ensino superior e entre essas a melhoria quantitativa e qualitativa do corpo docente das instituições de ensino superior. Essas medidas são possíveis e ocorrem por meio de programas de âmbito nacional direcionados para essa finalidade, sem descuidar de iniciativas que privilegiem a “importância da qualificação de recursos humanos locais para propiciar o desenvolvimento do estado e da região” (PNPG, 2005-2010, p. 49), aludindo ao compromisso de incrementar ações que proporcionem a redução das desigualdades regionais (Barros; Valentim; Melo, 2005).

De acordo com os indicativos apresentados pelo PNPG, a expansão do sistema educacional deve abraçar quatro vertentes: a capacitação do corpo docente para as instituições de ensino superior, a qualificação dos professores da educação básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas (PNPG, 2005-2010, p. 49). A vertente que definia a qualificação docente compreende que há uma forte demanda de mestres e doutores, sendo necessário estimular a criação de programas de mestrado voltados para a formação de

professores em serviço, em articulação e cooperação com os sistemas de ensino e o setor produtivo. Assim, o mestrado profissional é um modelo de pós-graduação que ocupa lacunas criadas por uma demanda latente, mais expressiva em determinadas áreas do conhecimento do que em outras, com interesse em avançar sob o aspecto de uma formação profissional altamente qualificada e de uma produção intelectual com forte cunho de aplicação imediata, diferenciando-se daquela acadêmica em função da clientela preferencial e do produto final a ser obtido.

O seminário “Para Além da Academia – a pós-graduação contribuindo para a sociedade”, é realizado pela Capes em São Paulo, entre 29 de março e 1º de abril. Nele foi discutida a forma como a pós-graduação transfere o conhecimento de alto nível para a sociedade como um todo. Os aspectos considerados e discutidos nesse seminário sobre o mestrado profissional foram a conceituação, objetivos, formato, critérios de avaliação, demandas, público-alvo, corpo docente, produto final, regulamentação, financiamento e resistências. No mesmo ano, a Capes divulgou o documento “[Chamada para proposta de cursos de mestrado profissional](#)”, no qual esclareceu critérios para novas propostas de mestrados

profissionais e definiu as áreas em que abriria a proposição (entre elas a área de Ensino de Ciências e Matemática). Além disso, o texto conceituou a principal diferença entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional como o produto, ou seja, o resultado almejado.

No mestrado acadêmico, pretende-se, pela imersão na pesquisa, formar, a longo prazo, um pesquisador. No mestrado profissional, também deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e sobretudo utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social (CAPES, 2005).

No período de 9 e 10 de novembro de 2006 realizou-se o seminário “Avaliar para Avançar”, promovido pela Capes como uma das comemorações dos 55 anos da agência e dos 30 anos da implantação da avaliação da pós-graduação brasileira. Uma das oficinas do evento, no qual os expositores e relatores foram os professores Roberto Lobo e Vahan Agopyan, teve por tema “O futuro do mestrado profissional”. De acordo com Agopyan e Lobo (2007), a ideia do mestrado profissional já estava consolidada, contudo, ainda havia muito

preconceito, provavelmente, por conta da falta de clareza acerca da identidade desse tipo de curso:

A ideia do Mestrado Profissional já está consolidada, com cursos estabelecidos com grande repercussão e reconhecimento na maioria das áreas de conhecimento, em todo o País (...). Entretanto, como será comentado mais adiante, ainda há muito preconceito, provavelmente, decorrente da falta de clareza acerca da identidade desse tipo de curso (Agopyan; Lobo, 2007, p. 295).

Entre as questões apresentadas na oficina, destacam-se: a falta de um programa de formação de docentes para o ensino superior, a dificuldade de avaliação do curso e do trabalho final do aluno e os entraves do financiamento. Agopyan e Lobo (2007) expõem as principais questões apresentadas e que serviram como sugestões à Capes: (a) a necessidade de manter discussões e encontros sobre o tema; (b) buscar a melhor definição da razão de ser dos mestrados profissionais; (c) uma dissociação existente dos pontos de vista dos órgãos superiores e dos diretores da Capes com a prática; (d) as definições de áreas de concentração e linhas de pesquisa, para os cursos profissionais, não estão devidamente claras; (e) desacordo com os critérios de avaliação que deveriam ser mais específicos.

O Conselho Técnico Científico da Capes (CTC) do Ensino Superior aprovou em 2008 a “Ficha de Avaliação de programa de Mestrado Profissional” para o triênio 2008/2010, proposta por uma comissão que se reunia desde julho desse ano. Em 2009, a portaria nº 17/09, que dispôs sobre o mestrado profissional, regulamentou a oferta de cursos, avaliação, possibilidades e objetivos. De acordo com o documento elaborado, o mestrado profissional possibilita: (I) a capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados; (II) formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos; (III) incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias. Foram definidos também os objetivos do mestrado profissional: (I) capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos; (II) transferir conhecimentos para a sociedade com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; (III) promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas; (IV) contribuir para agregar competitividade e

aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2009). Assim um desfecho é dado quanto à avaliação, em que o desempenho dos cursos de mestrados profissional seria acompanhado anualmente e teria avaliação com atribuições de conceitos a cada três anos pela Capes.

Mesmo com a regulamentação dos MP, ainda existiam posições contrárias a esse modelo. O Mestrado Profissional ou Profissionalizante (MP) ainda é alvo de polêmica na comunidade científico-acadêmica (Barros, 2008). De acordo com Barros, Valentim e Melo (2005), o mestrado profissional ainda é alvo de polêmica na comunidade acadêmico-científica, aceito por uns e rejeitados por instituições do nosso sistema de pós-graduação, como nas áreas de Direito, Educação e Ciências Agrárias, que se opõem à instalação dessa modalidade de mestrado.

Ostermann e Rezende (2009) afirmam que, a princípio, parte da comunidade de educadores e de pesquisadores em ensino de ciências mostrou-se resistente a sua aceitação, a partir da formulação de questionamentos quanto ao modelo desse tipo de formação. Essas críticas estão relacionadas, por exemplo, às iniciativas supostamente sustentadas pela

hipótese de que a formação profissional do professor seria a condição *sine qua non* para garantir uma aprendizagem escolar de melhor qualidade, responsabilizando exclusivamente o professor pelo desempenho educacional de seus alunos.

Ribeiro (2005) defende que parte da resistência de alguns setores acadêmicos ao mestrado profissional vem da sua identificação com interesses que seriam das empresas – e que colocariam a universidade em posição de subserviência ao mercado. Para ele, a academia se divide entre aqueles que desejam maior relação com o mundo da produção e os que pretendem um compromisso de fato com os setores sociais. Contudo, através do mestrado profissional, a Capes estaria buscando um alcance duplo.

Para Castro (2005), por sua vez, o que na realidade está dificultando o desenvolvimento do mestrado profissional é a sua estrutura ligada à pós-graduação acadêmica, que lhe tira a vida própria e autonomia para se desenvolver. Esta estrutura impõe a tais mestrados uma vida acadêmica inapropriada, já que desconsidera sua índole profissional. As formas de avaliação e exigências feitas aos cursos de formação profissional são muito próximas das apropriadas para a

acadêmica. Essa situação acaba por gerar uma “mímica da vida acadêmica e pesquisa” que é inadequada para a formação profissional e dificulta que instituições que não tenham cursos acadêmicos ofereçam a pós-graduação profissional. É importante destacar que dar vida própria ao mestrado profissional se faz necessário, dentro e fora da Capes, desde que seja um processo liderado por ela e não seguindo os moldes do mestrado acadêmico. Castro (2005) define que o mestrado profissional em ensino não é uma adaptação, ou variante, de propostas já existentes. Ou seja, ele não é um mestrado mais simples, mas sim diferente.

Ribeiro (2005) diferencia o MP do MA. Para ele, a principal diferença é o produto, isto é, o resultado almejado. No MA, pretende-se que a imersão na pesquisa forme, a longo prazo, um pesquisador. No MP também deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, seja capaz de localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor à suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social. Com tais características, o MP aponta para uma clara diferença no perfil do candidato a esse mestrado e do candidato ao mestrado

acadêmico. A pesquisa em questão busca compreender como tem se constituído a composição do perfil dos alunos ingressantes do Mestrado ProfEPT, para isso será necessário compreender a formação desse MP.



O Parecer n ° 977/65, emitido em 1965 pelo Conselho Federal de Educação do Brasil, foi elaborado em um contexto de reforma da educação brasileira. Este parecer ficou conhecido como um documento que definiu e regulamentou o curso de Pedagogia no país. Ele surgiu em meio a um cenário político e educacional conturbado, marcado pelo período do regime militar iniciado em 1964, que promoveu várias mudanças nas políticas educacionais.

O objetivo do Parecer 977/65 era reorganizar os cursos superiores na área de Educação, estabelecendo diretrizes para a formação de pedagogos e educadores. Na época, havia uma preocupação em definir as funções e o campo de atuação dos profissionais formados em Pedagogia, incluindo áreas como administração escolar, supervisão, orientação educacional e magistério. Esse parecer também visava adaptar o ensino às demandas econômicas e sociais do Brasil, promovendo uma educação mais voltada para a formação de professores capacitados a atuar nas diversas etapas da educação básica.

Essa reformulação da Pedagogia tinha como pano de fundo o desejo do governo em controlar e direcionar o sistema

educacional brasileiro, ao mesmo tempo em que buscava alinhar a formação de professores com as necessidades do desenvolvimento econômico e a integração ao mercado de trabalho. Assim, o Parecer 977/65 estabeleceu as bases para a formação de educadores no Brasil, e suas diretrizes tiveram influência significativa na estrutura dos cursos de Pedagogia nas décadas seguintes.

Os principais fatores desse parecer mencionam: A classificação dos Cursos, que estabelece distinções entre os diferentes tipos de cursos de pós-graduação, como especializações, mestrados e doutorados, detalhando suas finalidades e exigências; Critérios de Qualidade, define critérios para a avaliação da qualidade dos cursos, incluindo a qualificação do corpo docente, a infraestrutura das instituições e a relevância dos programas oferecidos; Normas de Funcionamento, o parecer determina que as instituições de ensino superior devem seguir normas específicas para a criação e funcionamento de programas de pós-graduação, promovendo a uniformidade e a credibilidade no setor; Importância da Pesquisa, enfatiza a importância da pesquisa acadêmica nos programas de pós-graduação, especialmente em mestrados e doutorados, como um meio de promover o

avanço do conhecimento; Impacto no Sistema Educacional, a regulamentação proposta pelo parecer teve um papel fundamental na estruturação do sistema de pós-graduação no Brasil, influenciando as diretrizes educacionais subsequentes e a criação de órgãos de avaliação, como a CAPES.

O Parecer n.º 977/65 foi crucial para a formação da estrutura de cursos de pós-graduação no Brasil, buscando garantir padrões de qualidade e relevância acadêmica. Sua análise revela a preocupação com a formação contínua e a especialização, elementos essenciais para o desenvolvimento profissional e científico no país.



baixa taxa de escolarização, a alta taxa de analfabetismo e a falta de acesso à educação de qualidade.

Nesse período, o Brasil vivia um momento de intenso debate sobre o desenvolvimento econômico e social e sobre o papel da educação como motor para alcançar esses objetivos. Darcy Ribeiro defendia uma educação pública, gratuita e de qualidade como instrumento para reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão. As "Metas da Atual Gestão" refletem essa visão e foram desenvolvidas para estruturar e organizar o sistema educacional brasileiro de modo a ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação básica e superior.

Entre as metas estavam a expansão da rede de escolas públicas, a melhoria na formação de professores, a criação de novas universidades, a reforma curricular, e o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico. A gestão de Darcy Ribeiro, marcada por um ideal desenvolvimentista e por uma forte defesa da educação como direito básico e fundamental, resultou na criação de instituições como a Universidade de Brasília (UnB) e inspirou políticas públicas que visavam modernizar e democratizar a educação no Brasil. Essas metas foram elaboradas para guiar a gestão em um período de

efervescência política e social no Brasil, e seu impacto é reconhecido até hoje como um marco na luta por uma educação mais inclusiva e acessível,

O documento Metas da Atual Gestão da CAPES, conforme apresentado por Abílio, aborda diversos aspectos estratégicos e operacionais voltados para o fortalecimento da educação superior e da pesquisa no Brasil. São eles: Fortalecimento da Pós-Graduação, uma das metas centrais é aprimorar a qualidade dos programas de pós-graduação, com foco em critérios de avaliação mais rigorosos e a promoção de práticas inovadoras; Expansão do Acesso, houve um compromisso em aumentar o acesso à pós-graduação, especialmente em regiões menos favorecidas, promovendo a inclusão social e a diversidade nas instituições; Incentivo à Pesquisa, Abílio enfatiza a importância do apoio à pesquisa, com iniciativas para financiar projetos que gerem impacto social e econômico, além de estimular a colaboração entre instituições; Internacionalização, as metas incluem estratégias para promover a internacionalização dos programas, incentivando intercâmbios acadêmicos e parcerias com instituições estrangeiras; Avaliação e Transparência, a gestão propõe a implementação de sistemas

de avaliação que garantam maior transparência e eficiência nas atividades da CAPES, visando a prestação de contas e o aprimoramento contínuo; Apoio à Formação Docente, Abílio destaca a necessidade de investir na formação e capacitação de docentes, buscando assegurar um corpo acadêmico qualificado e atualizado.

Por fim, as metas da gestão de Abílio na CAPES refletem um compromisso com a excelência educacional e a inovação, alinhando-se com as demandas contemporâneas da educação superior. Essa abordagem visa não apenas melhorar a qualidade acadêmica, mas também promover um impacto social significativo.



exigências atuais. Ele analisa a origem dos cursos de mestrado e doutorado no país e identifica dois tipos principais de mestrados: um focado em estudos avançados de uma disciplina específica e outro voltado para a aplicação profissional.

O texto aborda as limitações do modelo tradicional de mestrado, que prioriza a formação acadêmica e científica, e argumenta que este modelo não atende completamente às demandas sociais e do mercado de trabalho, que valoriza a qualificação profissional e a aplicação prática do conhecimento. Propõe, assim, que sejam desenvolvidos mestrados com características profissionais e parcerias com setores produtivos e agências governamentais e não governamentais.

Além disso, são sugeridos critérios específicos para o reconhecimento e avaliação desses cursos profissionais, como a necessidade de professores com experiência prática, estrutura curricular ajustada para uma formação mais rápida e formatos alternativos para o trabalho final. A conclusão do documento reforça a importância de implementar programas de mestrado profissional, propondo que sejam integrados ao

sistema de pós-graduação com o suporte da Capes para garantir sua qualidade e relevância.

A análise indica uma necessidade de reformulação do mestrado no Brasil, ampliando seu alcance para além da pesquisa acadêmica e incorporando uma formação que atenda melhor às demandas do mercado e ao desenvolvimento social e econômico do país.

Portanto, como o próprio documento menciona, ele analisa o fenômeno desses novos cursos dentro do contexto da pós-graduação no Brasil e sugere critérios diferenciados para acompanhamento e avaliação, com o objetivo de manter a qualidade e a credibilidade conquistadas pelo sistema.



## PROGRAMA DE FLEXIBILIZAÇÃO DO MODELO DE PÓS-GRADUAÇÃO SENSO ESTRITO EM NÍVEL DE MESTRADO-1995



Link: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/86/82>

O texto, "[Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado](https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/86/82)", é uma diretriz estabelecida pela Capes, formalizada pela Portaria n.º 47, de 1995, que visa estruturar e regulamentar os cursos de mestrado voltados para a formação profissional no Brasil. Ele responde a uma demanda crescente por cursos que atendam às necessidades do mercado e setores específicos, incorporando uma maior interação entre o conhecimento

acadêmico e as demandas práticas da sociedade, especialmente em um contexto de rápidas mudanças tecnológicas e socioeconômicas.

A proposta sugere um modelo de mestrado mais flexível, que, embora siga padrões rigorosos de qualidade, permite adequações ao perfil profissional. Em termos de regulamentação, a portaria impõe requisitos essenciais para que as instituições possam oferecer esses cursos. Esses requisitos incluem: qualificação Institucional e docente, as instituições devem demonstrar capacidade de longo prazo para oferecer ensino de pós-graduação consistente e com profundidade acadêmica. Exige-se também que os docentes sejam, em grande maioria, doutores com uma produção acadêmica robusta, embora permita-se a inclusão de profissionais renomados como coorientadores, desde que bem justificados e em número restrito; articulação entre ensino e pesquisa aplicada, o curso deve integrar atividades de ensino com aplicações práticas de pesquisa, o que pode incluir parcerias com o setor produtivo e a realização de atividades de extensão.

A pesquisa aplicada é vista como um componente essencial para o credenciamento e o desenvolvimento desses

cursos, reforçando a relação entre academia e mercado; estrutura curricular e trabalho final, a estrutura curricular deve ser clara e relacionada ao objetivo do curso, com duração mínima de um ano. O trabalho final dos alunos pode assumir diferentes formatos, como dissertações, projetos ou até mesmo produções artísticas e protótipos, conforme a natureza do curso; critérios de avaliação e autofinanciamento, para garantir a qualidade, a Capes recomenda que apenas instituições com tradição de ensino de excelência (conceito A ou B) sejam aprovadas inicialmente para oferecer esses cursos. Avaliações anuais devem ocorrer, realizadas por comissões que incluem representantes da sociedade. O autofinanciamento é estimulado, sugerindo-se a busca de parcerias e patrocínios, com apoio contínuo da Capes para áreas de difícil viabilidade financeira.

A análise mais profunda revela que essa política da Capes busca uma transformação do modelo tradicional de mestrado para incluir uma vertente mais orientada ao mercado e à formação prática, sem renunciar aos critérios de qualidade acadêmica que caracterizam a pós-graduação stricto sensu no Brasil. Essa medida pode ser vista como uma resposta institucional ao aumento da demanda por

profissionais altamente qualificados em setores específicos,  
em um contexto de globalização e inovação acelerada.



## RESOLUÇÃO Nº 1/95 PUBLICADA POR MEIO DA PORTARIA Nº 47/95.1



Link: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-47-1995-10-17.pdf>

O texto é uma análise detalhada sobre a flexibilização do modelo de mestrado no Brasil, proposta pela Capes, visando atender às mudanças e exigências contemporâneas do mercado e das demandas profissionais. Ele reconhece duas vertentes para o curso de mestrado: como um passo

preliminar para o doutorado e como uma formação terminal, voltada para quem busca uma especialização prática sem o compromisso com uma carreira acadêmica.

A motivação para essa reformulação está no reconhecimento das transformações tecnológicas e econômicas que impactam a sociedade, exigindo que a formação profissional também evolua. Nesse contexto, é ressaltada a importância de criar uma ponte direta entre a universidade e os setores produtivos, como empresas e agências governamentais, para que o conhecimento gerado na academia seja rapidamente transferido e aplicado na sociedade.

A proposta da Capes para a flexibilização dos cursos de mestrado reflete uma tentativa de modernizar o sistema de pós-graduação brasileiro, adaptando-o às novas demandas de um mercado que exige profissionais altamente qualificados e prontos para aplicar o conhecimento acadêmico de maneira prática. Além de ampliar o escopo da formação superior, essa mudança permite que o sistema de ensino se aproxime mais das demandas sociais e produtivas do país, reforçando a relevância da educação e a adaptabilidade dos cursos às novas exigências profissionais.

Por fim, essa política evidencia uma visão de mestrado como instrumento tanto de produção acadêmica quanto de formação prática, o que pode levar a uma integração mais estreita entre as universidades e a sociedade. Essa abordagem híbrida, que valoriza tanto o rigor acadêmico quanto a aplicabilidade prática, é uma resposta estratégica à necessidade de uma educação mais dinâmica e orientada para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.



**PORTARIA Nº 47 DA CAPES DE 17 DE OUTUBRO DE 1995  
FOI REVOGADA PELA PORTARIA 80/98 DE 16 DE  
NOVEMBRO DE 1998**



Link: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-80-1998-12-16.pdf>

O texto, referente à Portaria n ° 80 de 1998 do Ministério da Educação e da Capes, aborda o reconhecimento e a regulamentação dos cursos de mestrado profissional no Brasil, estabelecendo um marco normativo que visa adaptar a pós-graduação às demandas de formação de profissionais

com alta capacidade técnica e aplicabilidade prática em suas áreas de atuação. Esta portaria substitui a Portaria n ° 47 de 1995, consolidando avanços no conceito e na estrutura do mestrado profissionalizante, em uma tentativa de alinhar o sistema educacional com as necessidades contemporâneas do mercado.

O texto define o mestrado profissional como um curso voltado para o desenvolvimento de competências aplicáveis, com ênfase na criação de novas técnicas e processos profissionais. Diferentemente dos mestrados acadêmicos, que visam o aprofundamento teórico e a formação científica, o mestrado profissional busca preparar profissionais para atender demandas específicas do mercado e promover o uso prático do conhecimento.

O documento exige que a estrutura curricular seja clara e adaptada à área profissional, com duração mínima de um ano e flexibilidade para ajustar o conteúdo aos objetivos específicos de cada curso. Além disso, o trabalho final, obrigatório, deve comprovar o domínio da área de estudo e permitir diferentes formatos, como dissertações, protótipos, análises de caso e produções artísticas, dependendo da natureza do curso. Esse requisito sugere um enfoque na

aplicabilidade prática e na demonstração de habilidades específicas, necessárias para atender as demandas do setor produtivo.

A portaria enfatiza a importância de um corpo docente qualificado, composto predominantemente por doutores com produção acadêmica reconhecida. No entanto, permite a inclusão de profissionais altamente experientes e respeitados na área como parte do quadro docente, promovendo a integração entre o conhecimento acadêmico e a experiência prática. Além disso, admite-se um regime de dedicação parcial, de modo a possibilitar a atuação de profissionais em atividades fora do ambiente acadêmico, o que contribui para o enriquecimento prático do curso.

A Capes é incumbida de avaliar periodicamente os mestrados profissionais, utilizando critérios que consideram a produção técnico profissional, o desenvolvimento de atividades de extensão e a prestação de serviços. Essa abordagem visa manter a qualidade dos cursos e garantir que os mesmos atendam a padrões consistentes com a pós-graduação stricto sensu. A valorização da produção técnico profissional também reforça o papel do mestrado profissional como um meio de gerar inovações aplicáveis e

conhecimentos práticos de relevância social. A portaria sugere que os cursos de mestrado profissional busquem autofinanciamento por meio de parcerias e convênios, explorando oportunidades de patrocínio com o setor privado e outras entidades. Essa abordagem visa tornar os cursos financeiramente sustentáveis, reconhecendo a natureza aplicada e a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Essa autonomia financeira também pode facilitar a expansão e a atualização dos cursos, alinhando-os continuamente às demandas do mercado.

A Portaria n ° 80/1998 representa um passo significativo para a adaptação da pós-graduação no Brasil às necessidades do setor produtivo e da sociedade. Ao estabelecer critérios específicos para o mestrado profissional, a Capes possibilita a criação de um espaço de formação que valoriza a aplicabilidade e a inovação técnica. Essa portaria também reflete uma visão moderna da educação, onde o conhecimento científico e a prática profissional convergem para formar profissionais altamente qualificados e prontos para responder aos desafios contemporâneos. Além disso, a norma contribui para um modelo de ensino superior mais dinâmico e flexível, no qual as universidades se posicionam

como agentes de desenvolvimento econômico e social, e não apenas como centros de produção de conhecimento acadêmico. A criação de mestrados com essa orientação aproxima a academia do mercado de trabalho e fortalece as parcerias entre instituições de ensino e o setor produtivo, aumentando a relevância social da pós-graduação brasileira.

Em resumo, a Portaria n.º 80/1998 estabelece um modelo de mestrado profissional que valoriza a integração do saber científico com a prática aplicada, atendendo às exigências de um mercado em constante transformação. Ao permitir a formação de profissionais que combinam competência técnica e capacidade de inovação, a norma promove uma pós-graduação mais alinhada às necessidades da sociedade, fortalecendo o papel das universidades como impulsionadoras do desenvolvimento econômico e social no Brasil.



observadores estrangeiros para examinar seu modelo de avaliação e fornecer insights sobre práticas globais e melhorias possíveis, dando origem a uma "avaliação da Avaliação". Esse processo trouxe à tona elogios ao rigor do modelo brasileiro, além de críticas e sugestões.

É importante entender quais aspectos foram levados em consideração no modelo avaliativo. Um desses fatores foi a dedicação dos avaliadores, observadores internacionais elogiaram o comprometimento dos avaliadores brasileiros, ressaltando a intensidade e a seriedade com que conduzem o processo, apesar da ausência de remuneração, o que reforça a legitimidade e o valor do sistema.

Os pontos fortes do modelo foram a comparabilidade Internacional que é visto como alinhado aos padrões internacionais, destacando-se pela transparência e abrangência. Avaliações como notas 6 e 7 indicam qualidade equiparável aos melhores programas do exterior, promovendo uma concorrência saudável entre instituições; transparência e consistência, a padronização dos critérios e a estabilidade das comissões garantem uniformidade e rigor no julgamento dos programas de diversas áreas.

Em relação aos critérios de avaliação e indicadores: se destacam o foco em pesquisa e produção científica, o modelo privilegia a qualidade e quantidade de produção científica e a competência dos docentes. No entanto, observa-se que a ênfase excessiva em indicadores numéricos pode subestimar aspectos qualitativos do ensino e da relevância dos programas para as necessidades regionais e do mercado; Tempo de titulação e produtividade, a avaliação leva em conta o tempo para conclusão dos cursos e a relação entre docentes e publicações. Contudo, algumas críticas sugerem que o modelo deveria considerar melhor as variações nas condições dos programas, como diferenças entre programas experimentais e teóricos.

Foram sinalizados algumas melhorias e sugestões importantes ao modelo brasileiro, em relação a simplicidade e eficiência na coleta de dados, a extensa quantidade de informações solicitadas aos programas é criticada por ser excessivamente detalhada e muitas vezes redundante. Sugere-se que a Capes simplifique os formulários e otimize a análise dos dados para que o foco principal esteja na avaliação qualitativa da qualidade. Em relação ao Intervalo entre Avaliações, o ciclo de avaliação trienal, com

monitoramento anual, é considerado exaustivo. Alguns observadores recomendam espaçar o ciclo para cinco ou seis anos, permitindo que as instituições respondam mais eficazmente às sugestões e implementem melhorias estruturais.

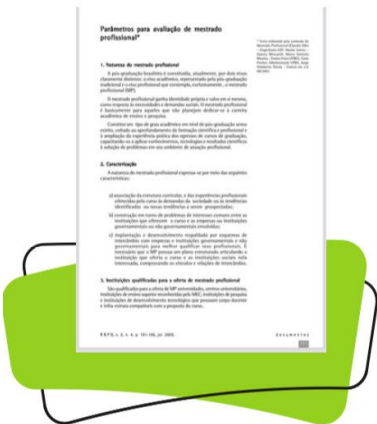
No que diz respeito a valorização do ensino, embora a Capes utilize a produção científica como indicador de qualidade de ensino, os observadores alertam que a pesquisa não necessariamente reflete a competência pedagógica. Isso aponta para uma necessidade de metodologias que avaliem diretamente o impacto do ensino, a satisfação dos alunos e o desenvolvimento de habilidades profissionais. Outro aspecto é a adoção de avaliação qualitativa: os observadores sugerem incorporar indicadores de satisfação dos alunos e impacto do curso na carreira profissional dos egressos, bem como adotar critérios que meçam o impacto social dos programas para equilibrar o mérito acadêmico com a relevância para a sociedade.

O texto do Infocapes demonstra uma preocupação com o aperfeiçoamento contínuo da avaliação da pós-graduação no Brasil. Ao abrir o processo a críticas internacionais, a Capes mostra-se receptiva a inovações que possam

aprimorar o modelo, promovendo um sistema de educação que não apenas busque a excelência acadêmica, mas também a relevância social e econômica. Essas discussões, com foco em um modelo de avaliação equilibrado e eficaz, indicam um esforço para consolidar a pós-graduação brasileira como um pilar de desenvolvimento científico e profissional que responde às demandas locais e globais.



# PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL



Link: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/89/85>

O texto aborda os parâmetros para a criação e avaliação de cursos de Mestrado Profissional (MP) no Brasil, destacando aspectos importantes para a formação e organização desses programas, visando responder a demandas específicas do mercado e da sociedade.

A estrutura e a natureza do MP se diferenciam do mestrado acadêmico ao focar na aplicação prática e na resolução de problemas diretamente no campo profissional, em vez de se concentrar apenas em pesquisa científica pura.

Destina-se a pessoas que já atuam profissionalmente e buscam aprofundamento prático e científico para aplicá-lo diretamente em suas áreas de trabalho. O curso é estruturado de forma a atender demandas sociais e do setor produtivo, integrando disciplinas e experiências práticas relevantes

O currículo do MP deve estar alinhado às necessidades da sociedade e ao mercado, sendo desenhado em cooperação com instituições e empresas que possam se beneficiar diretamente dos profissionais formados. A estrutura curricular exige também um trabalho final com caráter prático e aplicável, como a criação de protótipos, patentes, projetos técnicos, ou produções artísticas. Isso permite uma interface entre a academia e o setor produtivo, promovendo inovação e o desenvolvimento tecnológico.

No que diz respeito ao corpo docente do MP precisa ser composto principalmente por doutores com ampla experiência prática e acadêmica. A presença de profissionais não acadêmicos é valorizada em áreas onde a experiência prática é essencial. As instituições que oferecem MP devem dispor de infraestrutura adequada, como laboratórios, acesso à internet, bibliotecas atualizadas e estrutura administrativa que suporte o desenvolvimento do curso e dos projetos de pesquisa

aplicada. Já financiamento dos cursos de MP varia conforme o tipo de demanda. Pode ser financiado por órgãos públicos, empresas privadas ou, em alguns casos, por organizações não governamentais, dependendo das necessidades específicas de formação para determinadas áreas. A instituição promotora deve assegurar a viabilidade econômica do curso, garantindo o apoio e os recursos necessários para a manutenção e conclusão do programa.

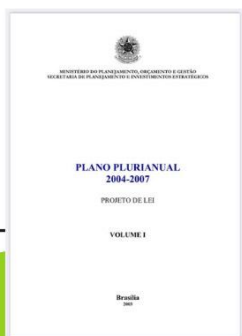
Os cursos de MP são avaliados pela Capes, que considera indicadores como a qualificação do corpo docente, a produção intelectual aplicada, a infraestrutura e o desempenho dos egressos. É incentivado o monitoramento dos egressos para ajustar continuamente o currículo às exigências do mercado de trabalho. Além disso, a Capes recomenda avaliações externas e acompanhamento frequente dos resultados, para garantir que o curso estejam atendendo às demandas do setor produtivo.

Enfim, texto reflete a importância do mestrado profissional como uma alternativa de formação avançada, que prioriza a aplicabilidade e a solução de problemas reais. Através de parcerias entre academia, setor produtivo e governo, os cursos de MP promovem inovação e qualificam

profissionais de forma prática e direcionada, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social



## PLANO PLURIANUAL



Link: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anexo1.PDF>

O documento se refere ao Plano Plurianual (PPA) do governo brasileiro para o período de 2004 a 2007. Esse plano estabelece a estratégia de desenvolvimento e as diretrizes para políticas públicas de médio e longo prazo, focadas principalmente na inclusão social, na sustentabilidade e no

fortalecimento da cidadania e da democracia. A análise do PPA abrange diversos aspectos importantes, que abordaremos.

O PPA 2004-2007 é estruturado em torno de três "mega objetivos": Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais, que visa a melhorar os indicadores sociais, combater a fome e promover o acesso à educação, saúde e segurança social. O foco está em universalizar direitos básicos e reduzir as desigualdades econômicas, raciais e de gênero; Crescimento com Geração de Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Regionais, que busca fomentar um crescimento econômico sustentável e inclusivo, que distribua melhor as oportunidades e renda, especialmente em regiões menos favorecidas; Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia, que enfatiza o fortalecimento dos direitos humanos, a valorização da diversidade cultural, a promoção da segurança pública e o combate à corrupção.

O PPA destaca a importância de combater a pobreza e a exclusão social, comprovadas por indicadores como o alto coeficiente de Gini e as desigualdades de gênero, raça e região. Para enfrentar esses problemas, o plano propõe a

ampliação de políticas de transferência de renda, apoio à segurança alimentar e inclusão digital, além de melhorar o acesso à educação e à saúde.

O PPA destaca a importância de garantir a alimentação adequada para todos, considerando que a produção de alimentos é suficiente, mas a distribuição é desigual. Esse objetivo envolve programas de combate ao desperdício e incentivo à agricultura familiar, além de intervenções para reduzir a fome e a desnutrição, especialmente em áreas rurais e regiões vulneráveis.

O plano propõe um modelo de crescimento econômico que priorize a geração de emprego e renda, de modo a incluir a população de baixa renda no mercado de consumo e, assim, fomentar um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Os investimentos em infraestrutura, como transportes, energia e saneamento, são essenciais para garantir a competitividade do Brasil e promover o desenvolvimento regional equilibrado.

Política Agrícola e Redução de Preços com intuito de fortalecer o consumo popular, o PPA visa reduzir os preços de bens essenciais e fomentar a produção agrícola, com ênfase na agricultura



## PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO(PNG/2005-2010)



Link: [file:///C:/Users/uuariopc/Downloads/pnpg\\_miolo\\_v2.pdf](file:///C:/Users/uuariopc/Downloads/pnpg_miolo_v2.pdf)

O documento é o [Plano Nacional de Pós-Graduação \(PNPG\)](#) do Brasil para o período de 2005-2010, que propõe estratégias para o desenvolvimento da pós-graduação como um elemento-chave para o avanço científico e tecnológico do país. A análise detalha os antecedentes históricos dos planos anteriores, os objetivos, as diretrizes e o diagnóstico do cenário da pós-graduação brasileira.

A base legal do PNPG 2005-2010 é ancorada na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, que estabelecem a responsabilidade do Estado em promover a pesquisa e a qualificação tecnológica, além de garantir um padrão de qualidade no ensino superior.

Assim, o PNPG 2005-2010 estabelece uma visão estratégica para a pós-graduação no Brasil, visando fortalecer o papel das universidades e centros de pesquisa no desenvolvimento científico e tecnológico. A expansão planejada busca atender as necessidades de formação de profissionais de alto nível para o ensino superior e setores produtivos, além de promover uma maior integração entre pós-graduação e o setor produtivo.



# CHAMADA PARA PROPOSTA DE CURSOS DE MESTRADO



Link: <https://www.ufrgs.br/ppgensau/repositorio-de-documentos/edital-005-mestrado-profissional.pdf>

Este documento é um edital publicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), denominado "EDITAL 005/CAPES/DAV/CHAMADA DE NOVAS PROPOSTAS DE CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL". O edital visa incentivar a criação de novos

cursos de Mestrado Profissional, com o intuito de formar recursos humanos qualificados que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico, científico-tecnológico e cultural do Brasil.

Alguns objetivos específicos desse edital são: Capacitação Profissional, pretende formar profissionais capazes de atuar de maneira avançada e inovadora em suas práticas, atendendo às demandas sociais e de mercado; Transferência de Conhecimento, visa preparar profissionais que possam repassar conhecimentos específicos para a sociedade, atendendo necessidades de desenvolvimento em várias escalas (nacional, regional, local); Integração Institucional, busca promover a conexão entre as formações profissionais e as organizações, públicas e privadas, para melhoria na eficiência e solução de problemas através de inovação; Competitividade e Produtividade, almeja capacitar profissionais que possam contribuir para a competitividade e produtividade nas organizações.

Todas as áreas de conhecimento são contempladas, exceto aquelas relacionadas aos Programas de Residência em Saúde, que possuem edital específico.

O edital define características obrigatórias para os cursos como: Estrutura Curricular, que deve ser objetiva e coerente, com foco na aplicação prática e na metodologia específica da área; Atividades Curriculares Complementares, que é permitido incluir disciplinas de ciências sociais aplicadas, como legislação, comunicação e ética, o que enriquece a formação com conhecimentos amplos; Perfil dos Candidatos, o curso deve alinhar-se ao perfil dos candidatos para garantir uma formação apropriada; Corpo Docente:, que necessita de uma equipe qualificada com doutores e profissionais experientes em pesquisa aplicada e inovação; Normas de Seleção, os critérios de seleção para os docentes devem ser bem definidos, privilegiando a experiência e produção científica; Carga Horária, deve haver carga horária adequada e compatível com as necessidades do curso, podendo ter regime de dedicação parcial;• Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que pode ter diversos formatos, como dissertações, artigos, patentes, produtos tecnológicos, ou estudos de caso, promovendo uma aplicação prática do conhecimento adquirido; Banca Avaliadora, a avaliação do TCC requer uma banca composta por, no mínimo, três

doutores e pode incluir profissionais com grande reconhecimento na área.

Em relação à Avaliação das Propostas a CAPES é responsável pela avaliação das propostas através da Diretoria de Avaliação, e essas serão submetidas à autorização e reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) caso sejam aprovadas.

No que diz respeito ao Cronograma o edital estabelece um prazo para envio das propostas, com início em 02 de fevereiro de 2010 e término em 30 de abril de 2010. Após essa data, o processo de análise inicia-se em maio de 2010.

As propostas devem ser enviadas eletronicamente, e qualquer situação omissa será decidida pela CAPES conforme regulamentação própria e a Portaria Normativa N<sup>o</sup> 17, de 28 de dezembro de 2009.

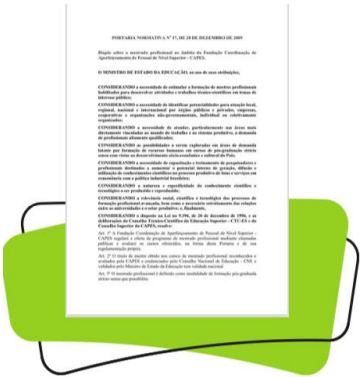
Este edital visa claramente a expansão e aprimoramento dos cursos de Mestrado Profissional, com foco em uma educação alinhada às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade. Ao especificar requisitos de infraestrutura, docentes e formatos de TCC, a CAPES define um padrão de qualidade para esses cursos. A abordagem ampla, que inclui áreas sociais aplicadas e modalidades de TCC diversificadas,

permite que as propostas atendam a várias áreas do conhecimento e se adaptem a necessidades regionais e organizacionais.

A análise criteriosa e a banca composta por especialistas mostram a seriedade do processo de avaliação e indicam o compromisso com uma educação que valoriza tanto o ensino teórico quanto a aplicação prática para fomentar inovação e competitividade no Brasil.



**PORTARIA NORMATIVA Nº17, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009**



Link: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/view/1124/867>

O documento é uma portaria normativa (Portaria Normativa no 17, de 28 de dezembro de 2009), emitida pelo Ministério da Educação do Brasil, que regulamenta o mestrado profissional no âmbito da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Vamos explorar os pontos principais para compreendê-la.

O documento relembra as diretrizes dos três planos anteriores de pós-graduação, desde o primeiro PNPG (1 975-1 979), que enfatizou a necessidade de planejamento e institucionalização da pós-graduação, passando pelo segundo PNPG (1 982-1 985), que focou na qualidade do ensino superior e da pesquisa, até o terceiro PNPG (1 986-1 989), que abordou a integração entre a pesquisa universitária e o sistema de ciência e tecnologia.

Os objetivos e Diretrizes do PNPG 2005-201 0 são: O plano atual foca em consolidar e expandir a pós-graduação, buscando suprir a demanda por profissionais qualificados para a docência e pesquisa, especialmente no ensino superior e no setor produtivo; as diretrizes incluem o fortalecimento da qualidade dos programas, a redução de assimetrias regionais, e a promoção de políticas de cooperação internacional.

O documento faz um diagnóstico da situação atual, analisa a estrutura educacional brasileira, destacando avanços e limitações, como a desigualdade na distribuição regional dos programas e a necessidade de melhorar a capacitação dos docentes.

Há uma avaliação do crescimento do número de cursos e alunos matriculados na pós-graduação, com aumento

expressivo desde a década de 1980. A análise também aponta para o déficit de doutores em áreas específicas e a necessidade de um modelo sustentável de financiamento, com apoio das agências federais.

Propõe a Expansão e sustentabilidade, sugere a criação de cenários para expansão de programas de doutorado e mestrado, visando atender à demanda por novos professores e pesquisadores. Propõe também ajustes nas políticas de concessão de bolsas e financiamento para garantir uma expansão qualificada e equilibrada.

Em relação aos aspectos de avaliação e qualidade a CAPES é destacada como a responsável pela coordenação da política nacional de pós-graduação e pela garantia da qualidade dos programas. O documento propõe modelos de avaliação contínua para monitorar a eficácia dos programas e para que o sistema de pós-graduação alcance os padrões de qualidade esperados.

A portaria é fundamentada em várias necessidades e objetivos, incluindo como; Formação de Mestres Profissionais, habilitação para atividades técnico-científicas em temas de interesse público, especialmente em áreas relacionadas ao sistema produtivo e ao mercado de trabalho; Atuação em

Diversos Níveis, identificação de potencialidades em esferas local, regional, nacional e internacional; Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural, demanda por profissionais altamente qualificados em áreas que impactam diretamente o desenvolvimento do país; Aproximação com o Setor Produtivo, incentivo ao estreitamento entre universidades e o setor produtivo, visando aplicação prática de conhecimento científico e tecnológico.

Essas considerações mostram uma ênfase em alinhar a educação profissional ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento das relações entre academia e setores produtivos.

Em relação a definição e Objetivos do Mestrado Profissional: O mestrado profissional é caracterizado como uma modalidade *stricto sensu*, com foco na prática profissional avançada e na inovação. Seus principais objetivos são: Formar profissionais para práticas transformadoras e inovadoras, adequando-se às necessidades do mercado; difundir conhecimento técnico científico para a sociedade, contribuindo com o desenvolvimento em diferentes escalas; promover a conexão entre a formação acadêmica e as demandas organizacionais, aumentando a eficácia das

instituições; capacitar profissionais para aumentar a competitividade e a produtividade em organizações públicas e privadas. Esses objetivos visam aplicar o conhecimento científico diretamente em problemas práticos, impulsionando a inovação e melhorando a eficiência em diversos setores.

Alguns requisitos foram destacados como: Currículo Objetivo e Coerente, o curso deve enfatizar a articulação entre conhecimento atualizado e prática profissional; Corpo Docente Qualificado, composto por doutores e profissionais com experiência em pesquisa aplicada; Flexibilidade Curricular, possibilidade de incluir disciplinas de ciências sociais aplicadas, como legislação e ética, para enriquecer a formação.

Trabalho de Conclusão (TCC): Exige-se que o TCC possa ter formatos variados (dissertação, patente, aplicativo, entre outros), de modo a ser aplicável ao campo profissional.

No que se relaciona a Banca Avaliadora e Normas são rigorosas tanto para seleção de docentes como para a composição de banca de avaliação para o TCC. Esses requisitos reforçam a intenção de formar profissionais com uma educação prática e orientada a problemas reais, focada em soluções inovadoras e eficazes.

O desempenho é revisado a cada três anos, e os cursos recebem conceitos de 1 a 5, sendo necessário um conceito mínimo de 3 para aprovação. A avaliação considera a produção intelectual, empregabilidade dos egressos, interação com empresas, e outras métricas de desempenho acadêmico e profissional.

As Comissões Específicas de Avaliação compõem-se de docentes e profissionais altamente qualificados para garantir a qualidade da avaliação. Esses processos de avaliação são essenciais para assegurar que os cursos mantêm padrões elevados e continuam a responder adequadamente às necessidades do mercado.

Alguns aspectos operacionais também são abordados como a falta previsibilidade de bolsas, exceto áreas prioritárias, o mestrado profissional não conta com bolsas de estudo pela CAPES. O fato de os cursos existentes ter que se adaptar aos novos padrões da portaria ao longo do triênio. E a ênfase está na aplicabilidade técnica, flexibilidade curricular e integração com o conhecimento técnico-científico.

A portaria representa um esforço significativo para regulamentar e direcionar o mestrado profissional no Brasil, promovendo uma formação orientada a problemas reais e ao

desenvolvimento técnico-científico. O documento define um modelo de curso que integra prática profissional e como analisamos, a formação do Mestrado Profissional no Brasil é relativamente recente, tendo como marco inicial a Resolução n.º 80 de 1998 do Conselho Nacional de Educação (CNE), posteriormente consolidada pela Resolução no 1 de 2001. Embora, como detalhamos uma série de discursões e documentos foram elaborados antes de sua aprovação como Programa. Ele foi criado com o objetivo de suprir demandas específicas do mercado de trabalho e atender às necessidades de formação qualificada em setores práticos e aplicados, diferente do mestrado acadêmico, que foca na pesquisa científica e na formação de docentes e pesquisadores.



## Conclusão

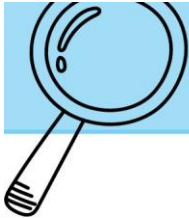
A regulamentação estabelecida pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) visava proporcionar formação de alto nível para profissionais de diversas áreas, incentivando o desenvolvimento de novas tecnologias, inovações e soluções que atendessem diretamente às necessidades do setor produtivo, da indústria e de serviços. O Mestrado Profissional é reconhecido como uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, assim como o mestrado acadêmico, leva ao título de Mestre, porém com foco mais voltado à aplicação prática e à inovação no mercado.

Nos anos seguintes, houve um crescimento significativo na criação desses programas em diferentes áreas, como saúde, educação, administração, engenharia e tecnologia. Atualmente, o Mestrado Profissional se consolidou como uma alternativa importante para profissionais que desejam avançar em suas carreiras, aprofundando conhecimentos teóricos e

aplicando esses conhecimentos de forma prática e transformadora.

O Guia, é um produto da nossa pesquisa, que analisa o perfil dos alunos ingressantes no MP(Mestrado Profissional) ProfEPT no Rio de Janeiro e busca facilitar o acesso a esses documentos que foram importantes na formação desse modelo de pós-graduação .

Sendo assim, esse produto é uma contribuição prática que para esse Programa, que busca formar sujeitos para aplicar seus conhecimentos no mercado de trabalho, sem deixar de lado o âmbito da pesquisa.



## Referencia Bibliográfica

AGOPYAN, Vahan; LOBO, Roberto. O futuro do mestrado profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação, 4, n. 8, 2007. Disponível em: <https://rbp%gapes.gov.br/rbpg/article/view/138/132>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CASTRO, Claudio de Moura. A hora do mestrado profissional. Revista Brasileira de pós-graduação, v. 2, n. 4, 2005. Disponível em: <https://rbpgcapes.gov.br/rbpg/article/view/73/70>. Acesso em: 21 jan. 2024.

DE BARROS, Elionora Cavalcanti; VALENTIM, Márcia Cristina; MELO, Maria Amélia Aragão. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. Revista Brasileira de Pós-Graduação, 2, n. 4, 2005. Disponível em: <https://rbp%gapes.gov.br/rbpg/article/view/84/80>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos Educacionais na área de ensino da CAPES: O que há além da forma? Revista: Educação

Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n ° 2, 2021 —  
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e  
Tecnológica. Disponível em:  
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php&pt/article/view/1229/805>.  
Acesso em: 1 2 nov. 2024

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: A Experiência de  
Aprendizado. Comunicação & Educação, São Paulo, (271 46  
a 60, maio/ago. 2003. Disponível em:  
<https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>.  
acesso em: 1 3 nov. 2024.

MENDONÇA, A. P; RIZZATTI, I. M; ROÇAS, G; FARIAS,  
M.S.F. O que contém e o que está contido em um  
Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto  
de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na  
Área de Ensino. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas  
sobre Ensino Tecnológico, Manaus (AM), v. 8, 2022.  
Disponível em:  
[https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index\\_2hp/educitec/  
article/view/2114/1115](https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index_2hp/educitec/article/view/2114/1115). Acesso em: 13 nov. 2024

NEGRET, F. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 5, n. 10, dez. 2008, p. 217-225. Disponível em: [https://rbpgcapes.gov.br/rbpg/article/view/1\\_52/146](https://rbpgcapes.gov.br/rbpg/article/view/1_52/146) Acesso em: 21 jan. 2024.

OSTERMANN, Fernanda; REZENDE, Flavia. Projetos de desenvolvimento e de pesquisa na área de ensino de ciências e matemática: Uma reflexão sobre mestrados profissionais. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 26, n. 1, p. 66-80, 2009. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2009v26n1\\_p66/10020](https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2009v26n1_p66/10020) Acesso em: 21 jan. 2024.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da Capes. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 2, n. 4, 2005. Disponível em: <https://rbp%gapes.gov.br/index.2hpLüpg/article/view/72>. Acesso em: 21 jan. 202

RIZZATTI, I. M; MENDONÇA, A. P; MATTOS, F; RÔÇAS. G; SILVA, M. A. B. V; CAVALCANTI, R. J. D; OLIVEIRA, R.R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SHÄFER, Eliane Dias Alvarez. O impacto do Mestrado Profissional em ensino de Física da UFRGS na prática docente: Um estudo de caso. Tese (Doutorado) -Programa de Pós-graduação de Ensino de Física do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78481/000899819.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Lais Rodrigues da. O discurso dos professores de ciências sobre a influência do mestrado profissional na construção das suas identidades docentes. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e

Educação, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalho=6321141>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; DE SOUZA PINTO, Felipe Chiarello. Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 2, n. 4, 2005. Disponível em: <https://rbp%gapes.gov.br/index.2hpLüpg/article/view/76>. Acesso em: 21 jan. 2024.



## Documentos referencias

BRASIL, Ministério da Educação. Câmara de Ensino Superior-C.E.Su. Parecer n<sup>o</sup>977/1965 aprovado em 3/12/1965. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro,2005. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Portaria no 47 de de outubro de 1995. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-47-1995-10-17.pdf>. Acesso em: 13 nov.2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Portaria no 80, de 16 de dezembro de 1998. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-80-1998-12-16.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano plurianual 2004-2007 projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília MP, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leisorcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anex01.PDF>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CAPES. A necessidade de desenvolvimento da pós-graduação profissional e o ajustamento do Sistema de Avaliação às características desse segmento 50 Avaliação 2001 ., p. 50-57. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20021NFOCAPESn12002.pdt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CAPES. Chamada de Novas Propostas de Cursos de Mestrado Profissional. Edital 005/CAPES/DAV. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edita-1-005mestradoprofissional-pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CAPES. Mestrado no Brasil - A situação e uma nova Perspectiva. Revista Brasileira de Educação, Brasília, 2005.

Disponível em:  
<https://rbp%gapes.gov.br/rbpg/article/view/85/81>. Acesso em:  
13 de nov. de 2024.

CAPES. Ministério da Educação. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Brasília, 2004. Disponível em:  
<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-2005-2010-pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024

CAPES. Ministério da Educação. Portaria Normativa n o 17, de 28 de dezembro de 2009. Disponível em:  
[http://www.anpedl1.uerj.br/portarianormativa\\_nol\\_7-28.12.2009mestrado-profissional.pdf](http://www.anpedl1.uerj.br/portarianormativa_nol_7-28.12.2009mestrado-profissional.pdf). Acesso em: 15 nov.2024.

CAPES. Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado-1995. RBPG, v.2, n. 4, 145-146, 2005. Disponível em:  
<https://rbpgcapes.gov.br/rbpg/article/view/86/82>. Acesso em:  
13 nov. 2024

NEVES, Abílio Baeta. Metas da atual Gestão para a CAPES. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/19951NFOCAPESn1\\_e21995.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/19951NFOCAPESn1_e21995.pdf). Acesso em: 13 nov.2024.

OLLER, C; SOTERO, A; MOREIRA, M. A; FISCHER, T; NICOLA J.H. Parâmetros para avaliação de mestrado profissional. RBPG, v.2, n. 4, p. 151-155, jul. 2005. Disponível em: <https://rbpgcapes.gov.br/rbpg/article/view/89/85>. Acesso em: 15 de nov. 2024



## **INFORMAÇÕES EM ANEXO**

Os documentos mencionados não foram encontrados para serem disponibilizados no guia. São eles: Pressupostos para avaliação de projetos de mestrado profissionalizante, Novas visões sobre o mestrado, Ficha de Avaliação de programa de Mestrado Profissional. Infelizmente apesar, da constante busca, esses documentos não foram encontrados.